BOCAINA

BODB11

BOCAINA FIC FI-INFRA

RELATÓRIO

MENSAL DE GESTÃO

Novembro/2025

BOCAINA CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA

VISÃO GERAL DO FUNDO

O Bocaina Infra **é um fundo de Renda Fixa Crédito Privado** que busca a valorização das suas cotas através da aquisição de ativos de renda fixa, em sua maior parte **Debêntures Incentivadas em Infraestrutura**, bem como do ganho de capital com a compra e venda dos mesmos.

RESUMO DO MÊS

Fechamento do dia 28/11/2025

R$ 0,09

Distribuição por cota em 05/12/2025

15,7%

Yield anualizado equivalente, relativo a Cota Mercado de final de mês

R$ 7,38

Cota Mercado[1]

R$ 8,72

Cota Patrimonial[1]

IPCA + 10,34%

Yield médio dos ativos de crédito privado (a.a.)

5,4 anos

Duration médio do ativos de crédito privado

103,9%

Alocado em títulos de crédito privado[1]. Parcela complementar do patrimônio encontra-se em compromissadas, que também apresentam rentabilidade isenta para o FI-Infra e cotistas pessoa física.

1) Referente ao patrimônio do fundo no dia 28/11/2025, antes da distribuição.

COMENTÁRIO DO GESTOR

DISTRIBUIÇÃO DE NOVEMBRO

Os investidores do Bocaina Infra receberam **R$ 0,09 por cota** referentes ao mês de novembro, pagos nos dias 05/12/2025 (valor da cota patrimonial**: R$ 8,72**[1]; valor da cota mercado**: R$ 7,38**[1]), equivalente a um *yield* mensal de 1,22% **(*yield* anualizado de 15,7%)** com relação à cota mercado. Tais proventos são isentos de IR para pessoa física.[2]

Desde seu início, o fundo já distribuiu **R$ 5,24 por cota**, equivalente a **16,0% de *yield* em termos anualizados**.

A Bocaina distribui mensalmente o carrego do portfólio, que no fechamento de novembro estava em IPCA + 10,34%. No mesmo período, o IPCA médio observado das debêntures foi de 0,12%.

O Fundo tem apresentado um retorno aderente ao seu objetivo de rentabilidade (1,5% a 2,5% sobre a NTN-B de *duration* similar à da carteira), como pode ser observado na seção "Performance".

Mês de Referência	Distribuições (R$/cota)	*Yield* Anualizado
2022[3]	**R$ 1,491**	**16,4%**
2023	**R$ 1,459**	**15,8%**
2024	**R$ 1,170**	**13,9%**
Jan/2025	**R$ 0,100**	**19,7%**
Fev/2025	**R$ 0,110**	**20,1%**
Mar/2025	**R$ 0,120**	**20,1%**
Abr/2025	**R$ 0,100**	**16,9%**
Mai/2025	**R$ 0,100**	**17,3%**
Jun/2025	**R$ 0,090**	**16,1%**
Jul/2025	**R$ 0,130**	**23,3%**
Ago/2025	**R$ 0,090**	**15,8%**
Set/2025	**R$0,090**	**15,3%**
Out/2025	**R$0,100**	**17,1%**
Nov/2025	**R$0,090**	**15,7%**
Total	**R$ 5,24**	**16,0%**

1) Data base dia 28/11/2025, antes da distribuição. **2)** Comunicado disponível em bocainacapital.com/BODB11 **3)** *Yields* anualizados de Jan a Abr de 2022 utilizam a cota-base de R$10,00 como referência devido a *lock-up* da cota mercado. Demais valores utilizam a cota mercado da "Data COM" para cálculo.

PORTFÓLIO

Em 28/11, data base do relatório, **o *yield* médio dos ativos de crédito privado do BODB11 era de IPCA+10,34%[1]. Se incluímos o carrego da parcela de 4,1% em caixa, o yield médio apresenta taxa equivalente a IPCA+10,31%.**

No mês de novembro, com relação às movimentações das NTN-Bs, **houve um fechamento de 26 bps no vencimento de 2032**. Este é um dos fatores que influenciam as taxas nominais das debêntures e o seu preço na marcação a mercado (MtM) - ver quadro ao lado.

É importante termos uma discussão sobre o comportamento dos portfólios de FI-Infra no contexto do movimento drástico observado na curva de juros (nominais e reais).

A abertura e fechamento da taxa de juros reais (que pode ser medida pelas taxas das NTNBs) leva a uma volatilidade no preço dos ativos dos portfólios e, da mesma forma, da cota patrimonial dos fundos.

Em FI-Infras, este efeito é percebido de forma imediata, ou seja, uma abertura da NTNB de 0,10% em um determinado dia será refletida NO MESMO DIA nos ativos do portfólio e na cota patrimonial dos fundos.

Isto quer dizer que o valor da cota patrimonial que se visualiza diariamente para os FI-Infras, diferentemente de alguns veículos de investimento, já fatora a marcação a mercado dessa abertura de taxa.

O que é *Mark to Market*?

A marcação a mercado (*mark to market*, MTM) de debêntures pode ser confusa a princípio, principalmente pois os custodiantes tendem a não mostrá-la para as pessoas físicas em seus portfólios.

De maneira simplificada, as debêntures incentivadas são emitidas em uma taxa IPCA+Cupom (por exemplo, IPCA+8%).

Conforme são negociadas no mercado secundário, os valores pagos pelas debêntures podem variar, resultando em uma taxa de retorno maior ou menor. Por exemplo: se uma debênture emitida no preço de R$1.000,00 e a uma taxa de IPCA+8% for comprada por R$900,00, a taxa de retorno percebida pelo comprador será superior ao IPCA+8%. Quão superior ela será dependerá da *duration* do papel.

Mesmo quando não há negociação, as movimentações da NTN-B de referência (a de *duration* mais próxima da *duration* da debênture) refletem na debênture. Por exemplo: se uma debênture tem como referência a NTN-B 2030, um aumento de 0,10% na taxa da NTN-B significará aumento similar na taxa da debênture.

Quer saber qual a marcação a mercado de uma debênture específica? A maior parte delas está disponível em data.anbima.com.br

1) A equivalência IPCA+ do caixa e dos ativos com carrego em CDI+ foi calculada utilizando-se o DAP (contrato futuro de juros reais) de duration equivalente.

MERCADO DE DEB. INCENTIVADAS

O mês de outubro foi marcado por uma abertura relevante dos spreads de crédito, da ordem de aproximadamente 40 bps, concentrada na segunda quinzena. Esse movimento refletiu uma reavaliação de risco após meses de compressão, além de ajustes técnicos no mercado secundário.

Já em novembro, observou-se estabilização desses níveis, com uma abertura bem mais moderada, próxima de 4 bps, indicando que não houve continuidade do movimento mais intenso observado anteriormente. Ou seja, o cenário inicialmente temido de novas aberturas e deterioração mais ampla não se confirmou.

Do ponto de vista de captação, os fundos de infraestrutura mantiveram fluxo líquido positivo até outubro e passaram a registrar captação líquida negativa em novembro e dezembro. Ainda assim, as saídas foram relativamente moderadas quando comparadas aos fundos de crédito tradicional.

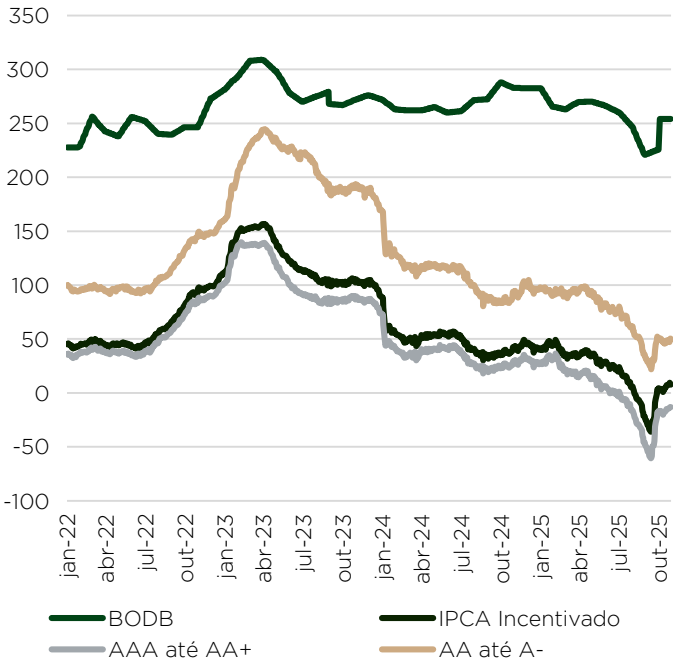
No mercado primário, o ritmo de emissões foi reduzido de forma sensível em novembro. O percentual efetivamente distribuído ficou abaixo da média recente, atingindo indíces em torno de 31% com diversas operações sendo absorvidas majoritariamente por coordenadores ou investidores âncora. Esse comportamento sugere um ambiente mais cauteloso e um reajuste de preço por parte dos emissores.

No secundário, o mês foi de maior seletividade, com oscilações pontuais em nomes específicos, mas sem movimentos generalizados. Alguns emissores seguiram com spreads ajustados, enquanto outros mostraram estabilidade ou recuperação parcial, dependendo da liquidez de cada ativo.

No agregado, o período recente representa um processo de normalização após o choque de outubro, com spreads ainda acima dos patamares observados no início do ano.

A dinâmica de fluxos, combinada à redução do ritmo no primário, tende a sustentar uma postura mais equilibrada no curto prazo, ainda que em níveis de remuneração mais atrativos do que aqueles observados antes do movimento de abertura.

Spread de Crédito (bps)



ALOCAÇÕES DE NOVEMBRO

Em novembro de 2025, o Fundo adquiriu debêntures da nova emissão da Alares Internet (ALAR14), no mercado primário, a um spread de 394 bps (IPCA+11,87%).

Adicionalmente, o Fundo adquiriu debênture da Cocal Indústria de Açúcar e Álcool (CCIA23), no mercado primário, a uma taxa pré-fixada de 14,19%.

ALARES

O investimento nesse novo papel da Alares está diretamente conectado a uma tese construída e acompanhada pela Bocaina desde 2024. Em agosto daquele ano, a gestora analisou a Alares no contexto da emissão CONX12 e identificou uma assimetria de risco-retorno: a companhia apresentava fundamentos em trajetória de melhora, enquanto o spread oferecido pelo mercado ainda refletia um nível de risco mais elevado do que o efetivamente percebido.

Nesse contexto, o BODB adquiriu R$ 30 milhões da emissão CONX12, então precificada a um spread de 433 bps. Desde a entrada do Fundo, o ativo passou por um processo consistente de reprecificação, com compressão de spread para níveis próximos a 291 bps, movimento que confirma a tese de investimento da gestora e a adequada identificação da assimetria de risco-retorno.

Essa evolução também se refletiu no reconhecimento externo da melhora dos fundamentos da companhia, materializado na elevação do rating de crédito de A- para A em outubro de 2025.

A estrutura acionária é composta majoritariamente pela Grain Management, que detém 96,4% do capital da companhia. A gestora é especializada nos setores de telecomunicações e tecnologia de banda larga, com mais de US$ 11 bilhões sob gestão e onze veículos de investimento.

A melhora dos fundamentos da Alares está associada, entre outros fatores, à entrada da Grain Management em 2023. O novo controlador aportou capital para aquisições e fomentou melhorias operacionais conduzidas com sucesso pelo management da companhia, resultando em ganhos de eficiência operacional e aceleração da estratégia de crescimento. Sob a ótica do credor, esse movimento permitiu a expansão do EBITDA sem aumento proporcional da alavancagem financeira.

Atualmente, a Alares fornece serviços de banda larga via fibra óptica, para mais de 800 mil residências e cerca de 20 mil clientes empresariais. A companhia está presente em 228 cidades nos estados de SP, MG, PR, RN, CE, BA e PB, com atuação concentrada principalmente nos estados de MG e SP.

Ao longo de 2025, a Bocaina manteve acompanhamento próximo da companhia, o que possibilitou uma atuação ativa na nova emissão. Essa proximidade permitiu que a gestora atuasse como investidor âncora da operação ALAR14, viabilizando a alocação em condições mais atrativas.

Essa atuação reflete o *know-how* do time Bocaina, buscando transações fora do radar do mercado e que apresentam mais retorno para um mesmo patamar de risco.

COCAL

A Cocal opera na produção de açúcar, álcool, derivados e produção de energia. Atualmente a companhia possuí mais de 142 mil hectares de área sob gestão e produz cerca de 8,7 milhões de toneladas de cana por ano e 720 mil toneladas de açúcar. A produção de açúcar da Cocal equivale a 2% da produção nacional.

Adicionalmente são produzidos mais de 400 milhões de litros de etanol, 470MWh de energia, 117 mil toneladas de biofertilizantes, 33 milhões de m³ de biogás e 9 milhões de biometano.

A Cocal é controlada de maneira igual pelos 4 filhos do fundador já falecido da Companhia, Carlos Garms, e possui rating corporativo AA+ pela S&P. A família também possuí outros empreendimentos relevantes como Fazendas Bartira e o Grupo Germânica.

Além disso, o Itaú possuí participação preferencial em um leque limitado de ativos da Cocal.

A empresa realizou uma captação de cerca de R$ 320 milhões a fim de financiar a recuperação, adequação e modernização da planta industrial, destinada à produção de etanol e geração de vapor das plantas de Paraguaçu Paulista e Narandiba. O projeto completo possuí um CAPEX de R$ 800 milhões.

ATUALIZAÇÃO SOBRE PROGRAMA DE RECOMPRA DE COTAS

Em 17 de dezembro de 2025, foi realizada a Assembleia Geral e Especial de Cotistas do BODB11, na qual foi **aprovada a implementação do programa de recompra de cotas do Fundo.**

Conforme comunicado em relatórios anteriores, o Fundo havia solicitado, em outubro de 2024, a autorização da CVM para a implementação do mecanismo. Em 02 de abril de 2025, a CVM manifestou-se favoravelmente ao pedido.

Em 17 de novembro, o Administrador do BODB (BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM) publicou a convocação para a Assembleia Geral e Especial de Cotistas, que ocorreu em 17 de dezembro de 2025, às 10h. Nesta mesma data, foi disponibilizado o link para votação.

Agora, com a aprovação em Assembleia, foi cumprida mais uma etapa do processo, restando ainda a efetiva alteração do regulamento conforme instruído pela AGC, bem como o comunicado ao mercado pelo administrador com detalhes do programa de recompra.

As principais condições para a execução do programa incluem: (i) a recompra ser realizada a preço inferior ao valor patrimonial da cota do dia anterior; (ii) o cancelamento das cotas recompradas; e (iii) o limite de até 10% do total de cotas do Fundo em um período de 12 meses.

Na Carta do Gestor, divulgada anteriormente, exemplificamos de maneira detalhada os dois principais efeitos da recompra para os cotistas.

O primeiro ocorre ao adquirir cotas com desconto e cancelá-las, o que faz com que o mesmo patrimônio líquido seja dividido por uma quantidade menor de cotas, elevando o valor patrimonial por cota dos investidores que permanecem no Fundo.

O segundo efeito está no carrego, que se torna marginalmente maior após a recompra. Como o caixa utilizado na operação reduz sua participação relativa e a parcela investida em debêntures ganha peso na composição do portfólio, o rendimento mensal por cota aumenta, já que a distribuição passa a ocorrer sobre um número reduzido de cotas.

Além desses efeitos financeiros, a recompra também contribui para a liquidez e para a dinâmica de mercado. Ao disponibilizar compras adicionais no mercado secundário, favorece a convergência do preço de mercado em direção ao valor patrimonial, ainda que esse movimento dependa de condições naturais de mercado e não seja garantido.

Ganho de Capital na Renda Fixa

Uma das possibilidades de ganho na renda fixa é através da compressão de taxa e o ganho de capital dela derivado.

No BODB11, procuramos realizar alocações em papéis com bons prêmios de risco de crédito (*spreads*), utilizando como alavancas de valor nossa profundidade técnica em infraestrutura, nossa capacidade de originação e de estruturação.

Spreads acima da média como esses, além de permitirem uma boa rentabilidade ao longo do tempo podem significar um ganho de capital na venda com compressão. O tamanho deste ganho dependerá da *duration* do papel.

Uma "regra de bolso" para calcular de forma aproximada este ganho potencial é multiplicar a *duration* pelo diferencial que a taxa da debênture apresenta.

Por exemplo: uma debênture "A" foi emitida a uma taxa de IPCA+8% com *duration* de 7 anos, enquanto papéis similares negociam a IPCA+6,5% no mercado secundário. Caso a debênture "A" seja vendida a IPCA+6,5%, seu ganho de capital obtido poderia ser aproximado por:

1,5% a.a. (diferencial) x 7 (*duration*) = 10,5% ganho de capital na venda

MP 1.304: Atualizações *Curtailment* e GD

No dia 24/11, a Medida Provisória (MP) nº 1.304 — conhecida como a MP da modernização do setor elétrico — foi sancionada e convertida na Lei 15.269.

Entre os diversos temas tratados, destacamos neste relatório um ponto relevante para o setor elétrico e para os investimentos no setor – ***Curtailment* na Geração Centralizada (GC).**

Curtailment, de forma simplificada, refere-se à **limitação ou corte da geração de usinas**, por razões operacionais do sistema. **Esses cortes geram perdas para os geradores**, seja por não conseguirem monetizar a energia gerada, seja por penalidades contratuais associadas à geração abaixo do contratado.

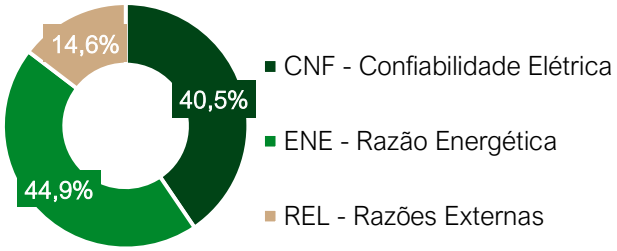
A regulação atual classifica o *curtailment* em três categorias, conforme a origem:

1. **REL (Razões Externas)**: indisponibilidades operacionais externas à usina, como falhas em linhas de transmissão e subestações ;
2. **CNF (Confiabilidade Elétrica)**: restrições de geração aplicadas pelo ONS para garantir a segurança do sistema;
3. **ENE (Razão Energética)**: cortes associados a sobreoferta de energia em momentos em que a geração supera a demanda.

1) Duration é, simplificadamente, uma medida do risco de taxa de juros de um título de renda fixa que leva em consideração seu fluxo de caixa (cupons, amortizações e resgate). Ela representa a sensibilidade do valor de um título às oscilações das taxas de juros.

Segundo a ePowerBay, entre set/2023 e set/2025, estima-se que o volume total de *curtailment* no setor chegue a aproximadamente 34 GWh, sendo divido da seguinte forma:

Incidência dos tipos de curtailment:



Obs.: Os números acima não são oficiais, dado que a ONS e ANEEL não divulgam a segmentação por tipo de curtailment. A MP, entretanto, determina que a ONS passe a publicar os critérios técnicos de cada corte, permitindo maior transparência e replicabilidade dos cálculos.

Atualmente, **100% dessas perdas de geração são arcadas pelos geradores centralizados**. Uma das propostas da Lei 15.269 é **permitir o ressarcimento parcial das perdas por *curtailment***, condicionando esse benefício ao cumprimento dos "requisitos técnicos mínimos" para operação.

O texto aprovado prevê a **compensação para perdas retroativas (a partir de set/23) nos casos de REL e CNF, e perdas futuras por "indisponibilidade externa".** Por outro lado, veda o ressarcimento de sobreoferta (ENE).

Sendo assim, considerando os números não oficiais do gráfico acima, a Lei 15.269 propõe que os geradores centralizados possam **compensar aprox. 55% das perdas históricas** (cortes REL e CNF).

Apesar de o mecanismo representar uma possível proteção financeira adicional aos geradores centralizados, **ainda há incertezas importantes**. Os "requisitos técnicos mínimos" mencionados na Lei 15.269 não foram detalhados, não é claro quais perdas futuras estarão englobadas no conceito de "indisponibilidade externa", e a atribuição oficial de causa para cada evento de *curtailment* dependerá de interpretações regulatórias futuras. Isso pode restringir o alcance das indenizações na prática.

De efeito prático para o BODB, possuímos uma **exposição de 3,2% do PL no setor de GC (TUPW11)**, a qual pode ser beneficiada via ressarcimento parcial das perdas históricas incorridas.

Reforçamos que a Lei 15.269 foi sancionada recentemente, sendo que alguns vetos presidenciais ainda podem ser derrubados pela Câmera/Senado, alterando assim pontos relevantes do texto atual.

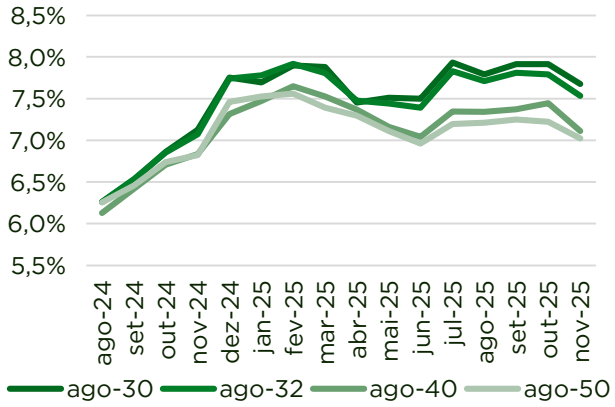
Além disso, a operacionalização dos reembolso das perdas dos geradores de GC pode apresentar desafios relevantes que ainda não estão claros no texto da nova lei. Questões técnicas e regulatórias deverão ser enfrentadas à medida que a norma for implementada.

Seguimos acompanhando a Lei 15.269 e seus os desdobramentos.

MACRO

No cenário macro, o **IPCA de novembro** foi de **0,18%** e, para **dezembro**, a projeção é de **0,43%.**

O mês de novembro foi marcado pelo fechamento de 26 pontos na B32, acompanhado de movimento similar em termos de direção e escala dos outros vértices.



Os valores dos vértices da curva de juros estão em um patamar historicamente elevado, impactando o PU das debêntures e também a cota patrimonial dos fundos de renda fixa como o BODB (lembrando que as taxas das debêntures são compostas pela taxa da NTNB + spread de crédito).

Por outro lado, este nível das NTNBs deixa o carrego nominal do Fundo mais alto. **O BODB oferece ao investidor a oportunidade de se expor à curva de juros real por meio de ativos de crédito de qualidade, atualmente com um carrego bruto de IPCA+10,34% nos ativos de crédito privado.**

"Na curva" vs. "A mercado"

Em Janeiro/23, as debêntures investidas por pessoa física diretamente via corretora passaram a apresentar marcação "a mercado", como é feito nos fundos de investimento, ao invés de marcação "na curva", que historicamente era apresentada. Mas o que isso quer dizer?

A marcação na curva significa que o preço da debênture investida é atualizado pela taxa de compra.

Na marcação a mercado, que já explicamos no quadro anterior, o preço das debêntures varia de acordo com seu valor justo de mercado. Mas quem determina esse valor justo? Boa parte dos ativos possui "preço ANBIMA", que toma como base os títulos públicos de referência e as negociações do mercado.

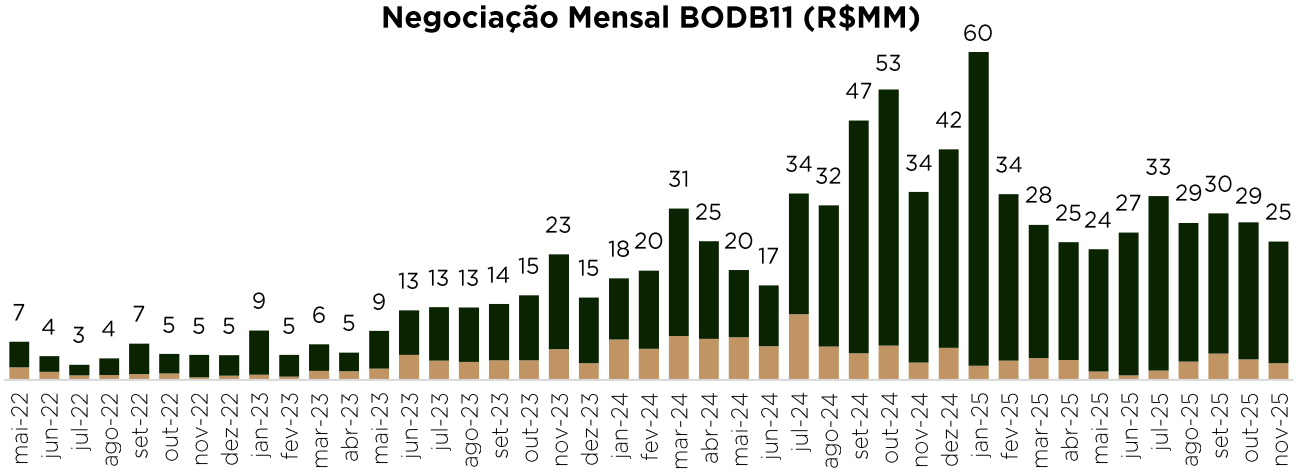
Por exemplo: R$ 1.000 investidos em uma debenture de duration de 5 anos adquirida há 1 ano a uma taxa de IPCA+3% mas que esteja negociando a IPCA+4% hoje, apresentaria um preço de aprox. R$1090 em uma carteira com marcação na curva (5,8% de IPCA + 3% yield), e aprox. R$1040 em carteira marcada a mercado (impacto de -5% pela abertura de 1% em duration de 5y).

Vemos como positiva a mudança, no sentido de trazer informação de preço mais precisa aos investidores.

LIQUIDEZ

O volume negociado do BODB11 este mês foi de R$ 25,2 milhões, atingindo uma **média diária de R$ 1,3 milhão**, e com atuação do formador de mercado em 12% do volume total negociado.

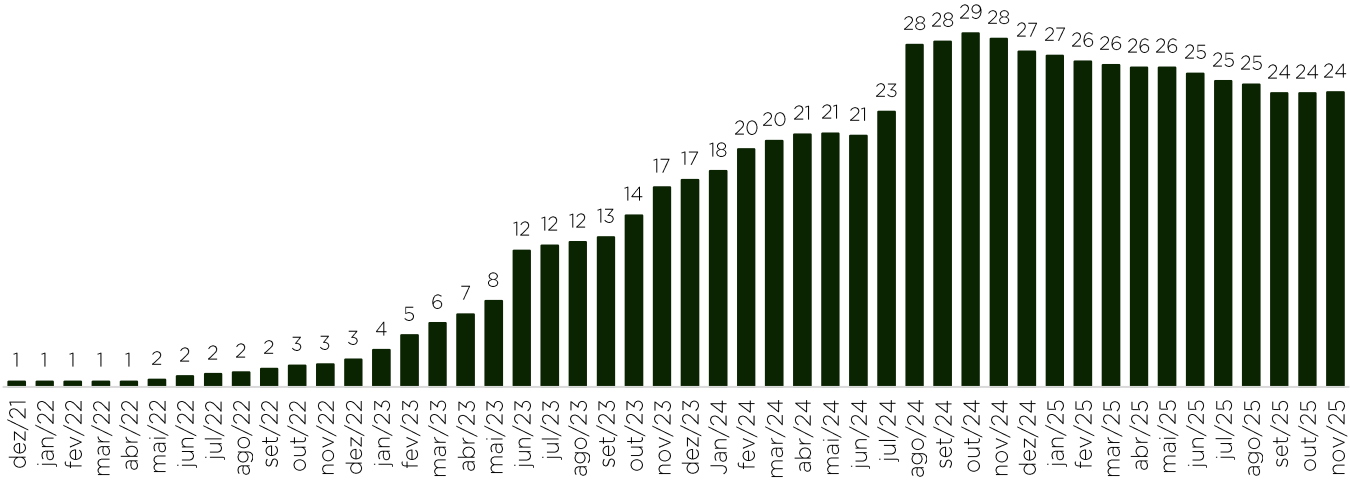
Negociação Mensal BODB11 (R$MM)



BASE DE INVESTIDORES

No último dia do mês, o Fundo apresentava um PL de aproximadamente R$ 566 milhões[1] e **24.035 cotistas**.

Número de Cotistas BODB11 (Mil)



BODB NA MÍDIA ESPECIALIZADA

Abaixo, apresentamos uma lista de canais e plataformas que mencionaram a Bocaina e o BODB11 recentemente, destacando a presença do fundo no mercado:

Clube FII
BODB11 retorno elevado com garantias fortes

EQI Research
BODB em meio à cautela com crédito isento

Suno
Por que investir em um FI-Infra

1) Data base dia 28/11, antes da distribuição.

Debêntures de Infraestrutura



No início de 2024 foi sancionada a Lei 14.801, delibera sobre a criação das Debêntures de Infraestrutura, instrumento de dívida que surge como um recurso para fomentar o mercado de infraestrutura brasileiro.

Diferentemente das Debêntures Incentivadas (Lei 12.431/11), as quais garantiam benefícios fiscais para investidores (exemplo: isenção de IR para PFs), o foco das novas Debêntures de Infraestrutura são os próprios emissores de dívida.

Na prática, o emissor de Debêntures de Infra poderá usufruir de benefício de redução da base de cálculo do IR e CSLL, favorecendo companhias com base de lucro tributável;

Os investidores PF tradicionais ficam sujeitos à alíquota de IR tradicional, e em fundos isentos estas novas debentures serão tributadas em 10%.

Outros pontos importantes que esta nova lei trouxe:

(i) Permissão de emissões atreladas a variação cambial;
(ii) aumento do prazo para reembolso de gastos com os projetos tanto para as deb. infra quanto deb. inc.;
(iii) possível aumento do número de setores enquadráveis para deb. inc., a depender de regulamentação específica.

TABELA DE RENTABILIDADE

Abaixo apresentamos uma tabela de sensibilidade, considerando a Taxa Interna de Retorno – TIR líquida de taxas, para cada preço de cota.

Para este cálculo, aplicamos as premissas de IPCA e de SELIC/CDI do Boletim FOCUS do Banco Central, e projetamos o carrego da carteira.

Esta análise considera a marcação a mercado das debentures ao final do mês (na data base do relatório), ou seja, com o fechamento das taxas nominais, naturalmente captura-se um ganho de capital e observa-se um decréscimo no valor nominal da TIR Líquida indicada.

Nesta análise, não são considerados ganhos de capital futuros, ou seja: potenciais fechamentos de taxa são *upsides.* Para chegar ao valor indicado na tabela é apenas fatorado o retorno do portfólio com as marcações a mercado.

Cota Mercado	TIR Líquida[1]	*Spread* Líquido[2]
R$ 7,70	IPCA + 10,4%	261 bps
R$ 7,60	IPCA + 10,6%	274 bps
R$ 7,50	IPCA + 10,7%	287 bps
R$ 7,40	IPCA + 10,9%	300 bps
R$ 7,30	IPCA + 11,0%	314 bps
R$ 7,20	IPCA + 11,2%	328 bps
R$ 7,10	IPCA + 11,3%	343 bps
R$ 7,00	IPCA + 11,5%	358 bps

1) A TIR é líquida dos custos do Fundo data base final do mês, pré-distribuição do mês, variando de acordo com a curva das NTN-Bs. Eventual taxa de performance não é contemplada neste cálculo. 2) Spread líquido de custos do fundo e isento de IR para pessoa física, comparando com a NTN-B Ref.

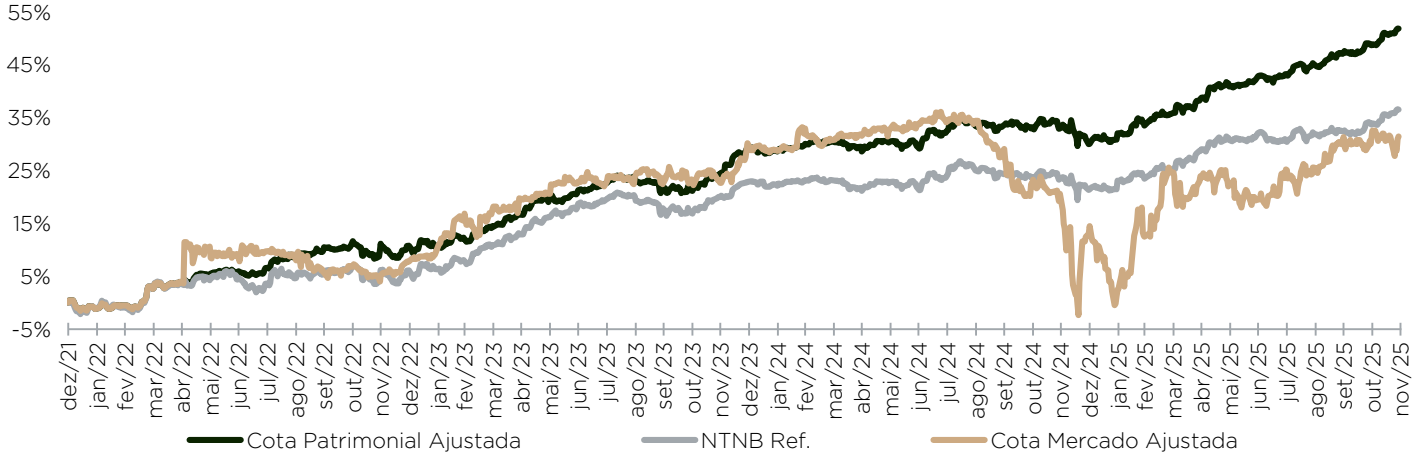
PERFORMANCE E PERSPECTIVA PARA CURTO PRAZO

O Fundo tem apresentado um retorno interessante desde seu lançamento, na nossa opinião, atingindo seu propósito de apresentar um portfólio com bom carrego e opcionalidades de ganho de capital via fechamento de *spreads* e taxas nominais, e atendendo ao objetivo de rentabilidade do Fundo (1,5% a 2,5% sobre a NTN-B de *duration* similar à da carteira).

Em novembro a carteira de crédito privado, apresentou uma taxa de carrego de IPCA+10,34%. **Desde o início, o fundo apresentou um retorno de 51,8%, ante 36,5% da NTNB de referência** ou seja, um diferencial de 15,3% proporcionado pelo Fundo.

A dinâmica da cota de mercado ainda reflete deságio relevante, que tem sido relativamente comum em fundos listados desde o final de 2024. O Fundo apresenta consistência nos retornos da sua cota patrimonial como demonstrado abaixo, mantendo o potencial robusto de retorno na hipótese de convergência da cota mercado para a patrimonial.

Rentabilidade Ajustada por Distribuições[1]



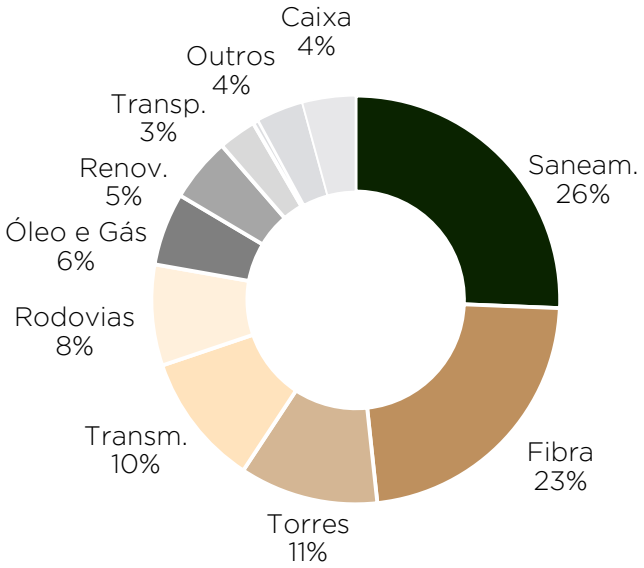
Rentabilidade[1]		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Ano	Acum.
2025	Cota Mercado	-10,4%	9,65%	10,78%	-0,78%	-0,93%	-2,45%	4,67%	0,41%	4,56%	0,94%	-0,81%	-	**14,83%**	**31,45%**
	Cota Patrimonial	1,38%	1,26%	1,80%	2,08%	1,54%	1,35%	0,16%	1,48%	1,49%	1,02%	2,05%	-	**16,75%**	**51,84%**
	NTN-B Ref.[3]	1,24%	0,41%	1,59%	2,91%	1,19%	1,02%	-1,29%	1,22%	0,37%	1,08%	1,97%	-	**12,45%**	**36,51%**
2024	Cota Mercado	-1,04%	3,19%	-1,67%	0,64%	1,08%	0,32%	0,76%	0,00%	-3,95%	-4,50%	-2,20%	-5,05%	**-12,05%**	**14,47%**
	Cota Patrimonial	-0,29%	0,92%	0,41%	-1,48%	1,47%	-0,64%	2,19%	0,70%	0,12%	-0,32%	-0,15%	-2,18%	**0,66%**	**30,06%**
	NTN-B Ref.[3]	-0,33%	0,61%	0,02%	-1,71%	1,41%	-0,70%	1,78%	0,70%	-0,54%	-0,45%	-0,26%	-1,63%	**-1,17%**	**21,40%**
2023	Cota Mercado	2,92%	5,32%	1,15%	1,33%	0,72%	1,91%	0,06%	1,00%	-1,45%	0,43%	-0,21%	6,14%	**20,80%**	**30,16%**
	Cota Patrimonial	0,10%	0,96%	2,17%	1,99%	2,70%	1,19%	1,18%	0,25%	-0,80%	-0,70%	2,65%	3,91%	**16,66%**	**29,20%**
	NTN-B Ref.[3]	0,30%	1,32%	2,80%	1,90%	2,87%	2,20%	0,73%	-0,26%	-1,21%	-0,83%	2,73%	2,33%	**15,80%**	**22,84%**
2022	Cota Mercado[2]	-1,49%[4]	0,54%	3,27%	1,09%	4,46%	0,49%	0,60%	-1,55%	-2,15%	1,06%	-1,43%	2,40%	**7,75%**	**7,75%**
	Cota Patrimonial	-1,49%[4]	0,54%	3,27%	1,09%	1,60%	0,39%	0,58%	2,02%	1,65%	1,03%	-0,44%	-0,32%	**10,75%**	**10,75%**
	NTN-B Ref.[3]	-0,86%[4]	-0,08%	3,66%	0,86%	1,14%	-0,03%	-1,13%	1,04%	1,20%	1,08%	-0,82%	-0,06%	**6,08%**	**6,08%**

1) Cotas ajustadas pelas distribuições e NTN-B pelos pagamentos de cupom. 2) A rentabilidade da cota mercado foi considerada igual à da cota patrimonial até 02/mai/22, final do período de lock-up, considerando base R$10. 3) Rentabilidade da NTN-B bruta sem desconto de IR. 4) Rentabilidade de 29/dez/21 a 31/jan/22.

DIVERSIFICAÇÃO DO PORTFÓLIO

Seguimos a estratégia estabelecida desde o lançamento do BODB, de diversificar o portfólio conforme o crescimento do patrimônio do Fundo, reduzindo a relevância de posições mais antigas e incorporando novas, aumentando a quantidade de papéis e mantendo o foco em bons ativos de infraestrutura. Na data base do relatório o fundo contava com **41 ativos de crédito privado em seu portfólio**.

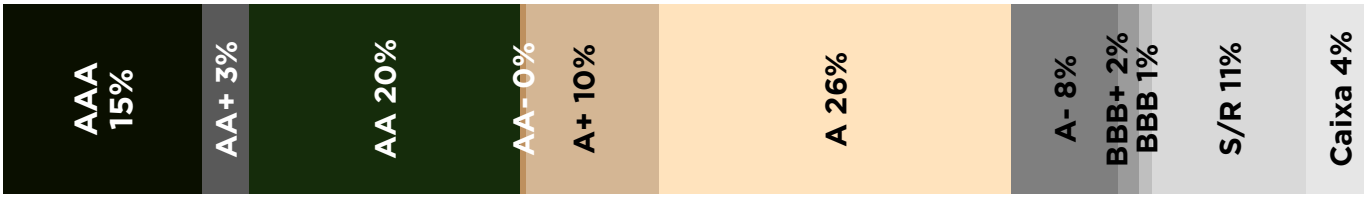
Abaixo apresentamos a proporção com base em setores, **considerando o fechamento do mês de novembro:**



As análises de risco são realizadas com profundidade para cada papel investido e fazem parte do dia a dia da gestão do Fundo, sendo executadas pelo time Bocaina, independentemente da existência de rating externo.

No caso do BODB, alguns papéis contam com uma avaliação de rating externa, outros não, e outros possuem a previsão de obtenção de rating externo dentro de um determinado prazo. Abaixo a proporção com base na avaliação de rating externo na data base do relatório:

Exposição Consolidada por Rating em % do PL



ALOCAÇÃO DO FUNDO

As alocações são realizadas em ativos de crédito privado. Esta foto representa o portfólio ao final do mês, em perspectiva pré-distribuição de proventos.

Código	Emissor	% Carteira	Index	Taxa Atual	Spread atual	Duration (Anos)	Setor	Rating
ALAR14	Alares	12,2%	IPCA	11,67%	3,85%	4,4	Fibra	A
SCPT13	Sul Concessões	10,5%	IPCA	9,48%	2,02%	6,9	Saneam.	AA
MEZP11	MEZ T1	9,6%	IPCA	10,43%	3,10%	7,6	Transm.	-
RGRA11	R. dos Grãos	7,4%	IPCA	9,98%	2,31%	6,5	Rodovias	A+
IRJS15	Iguá	6,6%	IPCA	8,50%	1,11%	7,7	Saneam.	AAA
SGAB11	São Gabriel	6,3%	IPCA	10,37%	2,64%	6,1	Saneam.	AAA
CONX12	Alares	6,1%	IPCA	11,22%	2,92%	1,9	Fibra	A
HGLB23	Highline	4,3%	IPCA	9,25%	1,60%	4,8	Torres	A-
HGLB13	Highline	3,6%	CDI	2,65%	2,65%	4,1	Torres	A-
TEPA12	TecPar	3,3%	IPCA	9,38%	1,43%	3,0	Fibra	AA
ORIG21	Origem	3,3%	-	15,42%	2,38%	4,8	Óleo e Gás	A
TUPW11	Tupi Energia	3,2%	CDI	3,21%	3,21%	3,6	Renov.	AA+
QMCT14	QMC	3,1%	IPCA	9,01%	1,38%	5,3	Torres	A
CLTM14	Linhas 8 e 9	3,0%	IPCA	7,87%	0,35%	6,1	Transp.	AA
CCIA23	Cocal	2,1%	-	14,19%	1,06%	5,0	Outros	AA
CRI	OPEA / Órigo	1,6%	IPCA	11,00%	2,93%	4,0	Renov.	-
BION16	Bevap	1,3%	IPCA	9,94%	1,74%	2,5	Outros	BBB+
ORIG12	Origem	1,1%	IPCA	10,04%	2,34%	5,2	Óleo e Gás	A
CASN24	Casan	1,1%	IPCA	8,82%	1,06%	3,6	Saneam.	A+
ENAT11	Enauta	1,0%	IPCA	8,03%	-0,03%	2,0	Óleo e Gás	AA
CPTM15	Ligga Telecom	1,0%	IPCA	36,99%	26,77%	3,2	Fibra	BBB
RALM11	Rialma	0,9%	IPCA	7,74%	0,59%	9,3	Transm.	AAA
CASN34	Casan	0,6%	IPCA	8,56%	0,96%	5,0	Saneam.	A+
CJEN13	TESC	0,5%	IPCA	7,72%	0,04%	4,2	Portos	A+
ENAT33	Enauta	0,4%	IPCA	7,96%	0,40%	5,6	Óleo e Gás	AA-
BION17	Bevap	0,4%	IPCA	9,78%	1,79%	4,0	Outros	BBB+
HARG11	Hold. Araguaia	0,3%	IPCA	7,51%	-0,02%	5,5	Rodovias	AAA
BRKP28	BRK Ambiental	0,3%	IPCA	7,83%	0,28%	5,7	Saneam.	A+
HVSP11	Hélio Valgas	0,3%	IPCA	7,98%	0,42%	5,0	Renov.	AAA
IVIAA0	Arteris Intervias	0,2%	IPCA	7,74%	0,22%	6,3	Rodovias	AAA
RMSA12	BRK Ambiental	0,1%	IPCA	8,03%	0,67%	7,4	Saneam.	AA-
RISP22	Aegea Saneamento	0,1%	IPCA	7,75%	0,60%	8,3	Saneam.	AA+
RSAN26	Corsan	0,1%	IPCA	7,22%	0,10%	8,4	Saneam.	AA+
Outros (8 ativos)		0,2%	IPCA / -	8,15%[2]	0,71%[2]	6,0[2]	Diversos	AA+[2]
		95,9%	**IPCA**	**10,34%**	**2,70%**	**5,4**		
CAIXA		4,1%		14,9%				
TOTAL		**100%**	**IPCA**	**10,31%**				

O Fundo mantém, no momento, posições em compromissadas reversas garantidas por Debêntures Incentivadas. Esse tipo de operação contribui para maior flexibilidade operacional e agilidade na alocação dos recursos da carteira. Entendemos que esses instrumentos são relevantes para a eficiência do processo de gestão, sendo acompanhados e controlados pela equipe de gestão da Bocaina.

1) Equivalência IPCA+ das debêntures CDI+ foi calculada utilizando-se o DAP (contrato futuro de juros reais) de duration equivalente e posição do Fundo no dia 28/11/2025
2) Taxa, Spread e Rating ponderado médio

PAGAMENTO DE DISTRIBUIÇÕES (LÍQUIDO DE IR)

Período	Amortização de Principal (R$/Cota)	Amortização Rendimentos (R$/Cota)	Distribuição (R$/ COTA)	Data do Pagamento	Cota Mercado Final de Período[1]
2022	0,596	0,895	1,491	-	-
2023	0,260	1,199	1,459	-	-
Jan/24	-	0,100	0,100	07/02/24	R$ 9,50
Fev/24	-	0,100	0,100	07/03/24	R$ 9,70
Mar/24	-	0,100	0,100	05/04/24	R$ 9,44
Abr/24	0,032	0,068	0,100	08/05/24	R$ 9,40
Mai/24	-	0,100	0,100	07/06/24	R$ 9,40
Jun/24	0,100	-	0,100	05/07/24	R$ 9,33
Jul/24	-	0,100	0,100	07/08/24	R$ 9,30
Ago/24	-	0,090	0,090	06/09/24	R$ 9,20
Set/24	0,090	-	0,090	07/10/24	R$ 8,75
Out/24	0,100	-	0,100	07/11/24	R$ 8,27
Nov/24	0,030	0,060	0,090	06/12/24	R$ 7,99
Dez/24	0,100	-	0,100	08/01/25	R$ 7,40
Jan/25	0,100	-	0,100	07/02/25	R$ 6,63
Fev/25	0,099	0,011	0,110	11/03/25	R$ 7,16
Mar/25	0,080	0,040	0,120	07/04/25	R$ 7,81
Abr/25	-	0,100	0,100	08/05/25	R$ 7,63
Mai/25	-	0,100	0,100	06/06/25	R$ 7,46
Jun/25	-	0,090	0,090	07/07/25	R$ 7,18
Jul/25	-	0,130	0,130	07/08/25[3]	R$ 7,39
Ago/25	-	0,090	0,090	05/09/25	R$ 7,32
Set/25	-	0,090	0,090	07/10/25	R$7,56
Out/25	-	0,100	0,100	07/11/25	R$7,54
Nov/25	-	0,090	0,090	05/12/25	R$7,38

As distribuições do fundo podem ser realizadas a título de amortização de rendimento ou de capital, dependendo do valor da cota patrimonial. A Bocaina procura distribuir mensalmente o valor aproximado do carrego do portfólio, independente da forma que será classificada tal distribuição, sempre reservando-se a prerrogativa de ajustá-la conforme entender necessário. **Do ponto de vista tributário, para pessoa física, não há distinção, pois ambas classificações de distribuição são isentas de IR.**

1) Pré-distribuição; **2)** Cota mercado foi considerada igual à cota patrimonial, em razão do período de lock-up **3)** Data referência da distribuição ordinária de R$0,100, ocorrendo distribuição extraordinária em 30/07/2025.

SOBRE OS EMISSORES

SUL CONCESSÕES

Subholding de saneamento que detém participação integral em quatro SPEs responsáveis pela operação e gestão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios de Gaivota, Gravatal, Guabiruba e Sombrio, em SC. As concessões possuem um prazo médio remanescente de 28 anos, abrangendo uma população de 80 mil habitantes, com 20 mil ligações de água e esgoto. A emissão conta com rating AA pela Moody's e estruturação proprietária da Bocaina.

MEZ ENERGIA

A MEZ T1 é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela MEZ Energia e Participações S.A., constituída em 2021. Atua como subholding, com participação em cinco projetos de transmissão de energia, distribuídos nos estados da Bahia, Goiás e Rio Grande do Sul, totalizando diversas linhas de transmissão e subestações. A empresa foi fundada em 2019 pelo executivo Marcos Ernesto Zarur, diretor da EZTEC, que possui mais de 40 anos de experiência no setor de Construção Civil.

CONCESSIONÁRIA ROTA DOS GRÃOS

A Concessionária Rota dos Grãos S.A. é responsável pela operação de 140 km da rodovia MT-130,. A rodovia é um eixo logístico estratégico para o escoamento de grãos até o Terminal de Rondonópolis (TRO) da Rumo, um dos principais terminais ferroviários do agronegócio no Brasil. A concessão foi firmada em 2021 com a SINFRA/MT e possui vigência de 30 anos. A concessionária tem como acionistas Terracom, Kamilos e a Vale do Rio Novo.

SOBRE OS EMISSORES

IGUÁ RIO DE JANEIRO

A Iguá Rio de Janeiro S.A. é responsável pela concessão dos serviços de água e esgoto em bairros da Zona Oeste do Rio de Janeiro. A concessão tem prazo de 35 anos e atende 1,2 milhão de pessoas, com previsão de investimentos de R$ 7,3 bilhões. O projeto prevê a expansão da cobertura de água para 99% da população e de esgoto para 90% em 12 anos, além da redução de perdas, modernização do sistema e ampliação da infraestrutura.

SÃO GABRIEL SANEAMENTO

A São Gabriel Saneamento S.A. é a concessionária responsável pela operação e gestão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município de São Gabriel (RS). A concessão, iniciada em 2012 com término previsto para 2042. Atualmente, atende uma população de 62 mil habitantes, com 100% de cobertura de água e plano de expansão do esgoto para 90% das economias até 2026.

ALARES - TRIPLE PLAY BRASIL

A Alares, controlada pelo fundo Grain Management, é uma das maiores provedoras de internet fixa do Brasil. Presente nas regiões Nordeste e Sudeste, foca em mercados menos concorridos e com alto potencial de crescimento. Seu crescimento tem sido impulsionado por aquisições, como Webby e Azza Telecom e por investimentos em integração operacional e expansão da rede.

SOBRE OS EMISSORES

HIGHLINE

A Highline é uma empresa especializada na construção, operação e manutenção de infraestruturas para telecomunicações, oferecendo soluções como torres, rooftops, biosites e small cells. Fundada em 2012 pelo Pátria, foi adquirida em 2019 pelo Grupo Digital Bridge, que lidera seus investimentos e expansão. A empresa atende operadoras e provedores de telecomunicação, viabilizando a expansão da cobertura móvel e a modernização da infraestrutura digital no Brasil.

IBITU ENERGIA

A Ibitu Energia, controlada pelo fundo Castlelake, é uma das maiores plataformas independentes de energia renovável do Brasil, com 745 MW operacionais e 1,2 GW em desenvolvimento. Atua na geração e comercialização de energia eólica e solar. Sua subsidiária Tupi Energias Renováveis opera 343 MW em parques no Ceará e Rio Grande do Norte. A emissão de debêntures da Tupi, garantida por ativos da Ibitu, possui rating AA- pela Fitch.

ORIGEM ENERGIA

A Origem Energia S.A. atua na exploração, produção, processamento e comercialização de petróleo e gás natural, com foco em campos maduros. Possui concessões em campos de óleo e gás natural onshore e águas rasas, localizados em Alagoas, Bahia, Espírito Santo e Rio Grande do Norte, além de operar a unidade de processamento de gás natural UPGN e um terminal portuário de exportação de petróleo em Maceió. Seus principais acionistas são Prisma Capital e Farallon, que detêm 96,10% da companhia.

SOBRE OS EMISSORES

QMC Telecom

A QMC Telecom é uma empresa internacional de infraestrutura wireless, com sede nos EUA e presença na América Latina desde 2011. No Brasil, possui cerca de 3.200 ativos em torres, DAS e small cells, atendendo à crescente demanda por conectividade e 5G. A emissão busca financiar o crescimento da companhia e conta com garantias como fiança de subsidiárias, cessão de recebíveis e alienação fiduciária de ações e equipamentos.

BRASIL TECPAR

A TecPar é a 7ª maior provedora de internet (ISP) do Brasil, com presença em 355 cidades nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Atua no segmento residencial (B2C) e no corporativo (B2B) Em 2024, atingiu 787 mil clientes residenciais e registrou receita líquida de R$ 1,1 bilhão, com margem EBITDA de 46,5%. Seu crescimento é impulsionado por aquisições, tendo realizado 56 operações desde 2019, incluindo Blink e JustWeb em 2023.

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 8 E 9

A Concessionária das Linhas 8 e 9 é responsável pela operação e manutenção das linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda do sistema de trens metropolitanos de São Paulo, sob concessão de 30 anos, iniciada em 2022. Controlada por 80% pelo Grupo CCR e 20% pelo Grupo Ruas, a concessionária atende 1,1 milhão de passageiros diários, conectando São Paulo a municípios da região metropolitana. A concessão prevê a modernização da infraestrutura existente, com investimentos de R$ 2,5 bilhões até 2027.

SOBRE OS EMISSORES

TERMINAL PORTUÁRIO SANTA CATARNIA TESC

O Terminal Portuário Santa Catarina (TESC) é um terminal multipropósito localizado no porto de São Francisco do Sul/SC, com movimentação de produtos siderúrgicos, celulose e carga geral de projeto. Entre seus principais clientes estão ArcelorMittal (produtos siderúrgicos). Em 2023, o terminal expandiu sua atuação com a construção de silos e início da operação de exportação de grãos, consolidando sua diversificação.

RIALMA TRANSMISSORA DE ENERGIA V

A Rialma Transmissora de Energia V S.A. é responsável por uma linha de transmissão de 500 kV e 807 km entre Bahia e Minas Gerais, conquistada no Leilão nº 1/2023 da ANEEL, com RAP de R$ 347,8 milhões e concessão de 30 anos. A emissão conta com rating AAA(bra) pela Fitch e garantias do BTG Pactual e Bradesco. A empresa integra o Grupo Rialma, com atuação em agropecuária, energia e telecomunicações.

CASAN

A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) é uma empresa pública de economia mista que presta serviços de água e esgoto a mais de 2,9 milhões de pessoas em 193 municípios de Santa Catarina e um no Paraná. Principal operadora de saneamento do estado, a CASAN realizou sua 4ª emissão de debêntures, classificada como A+ pela Moody's, com garantias de cessão fiduciária de recebíveis e conta vinculada, destinada a reforço de caixa, recomposição financeira e investimentos em infraestrutura.

SOBRE OS EMISSORES

ÓRIGO ENERGIA

A Órigo Energia atua no setor de Geração Distribuída (GD), desenvolvendo, construindo e operando usinas fotovoltaicas. Fundada em 2010, iniciou suas atividades como integradora, vendendo kits fotovoltaicos, e em 2016 passou a operar na modalidade de Geração Compartilhada, fornecendo descontos na conta de luz para clientes residenciais e empresas. A empresa possui 467 MWp de capacidade instalada e atende mais de 100 mil clientes ativos. Os recursos da emissão foram destinados ao investimento em 7 usinas solares (23,8 MWp) nos estados de MG e MS.

BEVAP BIOENERGIA

A Bevap Bioenergia é uma usina localizada em João Pinheiro, MG, especializada na produção de etanol, açúcar e energia elétrica a partir da cogeração de biomassa. Possui capacidade de moagem de 3,5MM de toneladas de cana-de-açúcar e geração de 90MW de energia, com parte destinada ao mercado livre. Além da produção de etanol e açúcar cristal, atende grandes indústrias alimentícias e exporta para mercados internacionais.

BRAVA ENERGIA

Em Jul/24, a Enauta e a 3R Petroleum concluíram sua fusão, formando a Brava Energia, uma das principais empresas independentes de exploração e produção (E&P) de petróleo e gás natural no Brasil. A companhia opera em campos offshore e onshore, com presença nas bacias de Santos, Espírito Santo, Camamu-Almada, Sergipe-Alagoas, Potiguar e Recôncavo. A fusão consolidou um portfólio diversificado, com foco na expansão da produção, aumento da eficiência operacional e otimização de ativos existentes.

SOBRE OS EMISSORES

LIGGA TELECOM

A Ligga Telecomunicações S.A., anteriormente conhecida como Copel Telecom, foi adquirida pelo Fundo Bordeaux em 2020 e passou por um processo de expansão e reestruturação. A empresa opera no setor de telecomunicações e banda larga fixa, sendo uma das três maiores operadoras do Paraná, com 100% da rede composta por infraestrutura de fibra óptica. Além da sua presença consolidada no Paraná, expandiu suas operações para os estados de SP, RJ, PA, AM, RR, RO e AC.

BRK AMBIENTAL

A BRK Ambiental é uma das maiores concessionárias privadas de saneamento no Brasil, operando no modelo de plataforma por meio de 23 subsidiárias. A empresa atende 16 milhões de pessoas em 25 estados, com presença em cinco regiões do país. Suas principais concessões incluem Saneatins (TO), RMR (PE), RMM (AL), Limeira (SP) e Goiás (GO), representando 57% da receita consolidada. A BRK é controlada indiretamente pelo Grupo Brookfield, que adquiriu 70% da companhia em 2017, enquanto os 30% restantes pertencem ao FI-FGTS.

V.TAL

A V.tal – Rede Neutra de Telecomunicação é a maior plataforma independente de infraestrutura digital neutra do Brasil, criada em 2022 após desmembramento da rede da Oi e integração com a Globenet. Controlada pelo BTG Pactual, GIC e CPPIB, opera mais de 500k km de fibra óptica, atendendo 22 milhões de domicílios (homes passed). Com atuação em soluções FTTH, atacado e infraestrutura digital, possui contratos de longo prazo com TIM, Claro e Vivo.

SOBRE OS EMISSORES

HOLDING DO ARAGUAIA

A Holding do Araguaia controla a Ecovias do Araguaia, concessionária responsável pela administração da BR-153/414/080, abrangendo 850 km de rodovias nos estados de Tocantins e Goiás. A concessão, firmada em 2021, tem vigência de 35 anos e prevê a duplicação de trechos, implantação de faixas adicionais e melhorias urbanas. A empresa tem como acionistas a Ecorodovias (65%) e a GLP X Participações (35%).

HÉLIO VALGAS SOLAR PARTICIPAÇÕES S.A.

O complexo solar Hélio Valgas, desenvolvido pela Mercury Renew, subsidiária da Comerc, está localizado no município de Várzea da Palma, MG, e possui 675 MWp (500MWac) de capacidade instalada. A usina possui contratos de venda de longo prazo (PPA) para 120 MW com a Vibra Energia e a Usina de Luísa, além de comercializar energia no mercado livre em Minas Gerais. A Comerc, controladora do projeto, é uma subsidiária da Vibra Energia e tem participação na operação junto à Perfin.

INTERVIAS S.A.

A Intervias é uma subsidiária da Arteris S.A., a qual possuí mais de 3.200 km de rodovias sob sua gestão, sendo cinco delas federais e duas estaduais. A intervias é detentora de uma concessão de cerca de 380 km no estado de São Paulo. A concessão teve início em 2000 e teve o prazo prorrogado para 2039 em decorrência de desequilíbrios contratuais. O projeto é livre de risco de tráfego, visto que as variações de demanda são devidas pela concessionária ou pelo poder concedente.

SOBRE OS EMISSORES

AEGEA

A Aegea é uma grande empresa no mercado de saneamento privado no Brasil, atendendo a mais de 38 milhões de habitantes em 860 cidades de 15 estados brasileiros. A companhia atua no abastecimento, coleta e tratamento de esgoto como administradora de concessões e PPPs. No ano de 2024 a Aegea obteve uma receita líquida de aproximadamente R$16 bilhões e uma margem EBITDA de R$63,6%.

CORSAN

A Companhia Riograndense de Saneamento atua no ramo de saneamento em 317 municípios, atendendo a mais de 6,5 milhões de habitantes. A companhia se tornou uma subsidiária da Aegea Saneamento. Em 2024 a empresa teve receita líquida de R$4,3 bilhões com uma margem EBITDA de 55,8%.. A emissão de R$1,5 bilhão em 2024 teve como objetivo a realização do CAPEX necessário para o cumprimento das obrigações de universalização advindas do marco legal do saneamento.

COCAL

A Cocal opera na produção de açúcar, álcool, derivados e produção de energia. Atualmente a companhia possuí mais de 142 mil hectares de área sob gestão e produz cerca de 8,7 milhões de toneladas de cana por ano e 720 mil toneladas de açúcar equivalente a 2% da produção nacional. Adicionalmente são produzidos mais de 400 milhões de litros de etanol, 470MWh de energia, 117 mil toneladas de biofertilizantes, 33 milhões de m³ de biogás e 9 milhões de biometano.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO

CNPJ

41.771.670/0001-99

NOME

Bocaina Infra FIC FI-Infra RF CP

INÍCIO DO FUNDO

29/12/21

TRIBUTAÇÃO

Alíquota 0% de IRPF

TAXA DE ADM

0,90% a.a

TAXA DE PERFORMANCE

20% sobre o que exceder IMA-B acrescido de 2,0% a.a., a cada 4 anos

PÚBLICO ALVO

Público Geral

Nº DE COTISTAS

24.035

Nº DE COTAS

64.877.099

PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATUAL

R$ 566 milhões[1]

ADMINISTRADOR

BTG Pactual DTVM

GESTOR

Bocaina Capital Gestora de Recursos LTDA

Para mais informações, acesse **www.bocainacapital.com/bodb11/**

ou entre em contato **ri@bocainacapital.com.**

(1) Antes da distribuição.







DISCLAIMER: Todas as informações, opiniões e valores eventualmente indicados estão sujeitos a mudança sem aviso. Este material não tem relação com objetivos específicos de investimentos, situação financeira ou necessidade particular de qualquer destinatário específico, não devendo servir como única fonte de informações no processo decisório do investidor que, antes de decidir, deverá realizar, preferencialmente com a ajuda de um profissional devidamente qualificado, uma avaliação minuciosa do produto e respectivos riscos face a seus objetivos pessoais e à sua tolerância a risco (*Suitability*). LEIA O FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES, LÂMINA DE INFORMAÇÕES ESSENCIAIS E O REGULAMENTO ANTES DE INVESTIR. RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA. FUNDOS DE INVESTIMENTO NÃO CONTAM COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR, DO GESTOR, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITO – FGC.